

O fim (ou o começo) da festa

Regime de governo

anc p.1

Alvaro Valle

Já ninguém apostava uma ficha nas velhas estruturas partidárias brasileiras. Com lanterna na mão, os eleitores andam atrás de novas esperanças, escorraçando o que cheira a velho. Os políticos não fizeram, mas o povo quis fazer a Nova República: basta ver os índices de renovação de eleitos, pelo país afora. De repente, a estrutura em agonia descobriu um elixir, e deu-lhe o nome de parlamentarismo.

Antigamente, com dez agentes do Funrural, duas rádios e uns vinte cargos na Previdência, elegia-se um deputado. Se houvesse risco, podiam-se acrescentar uns dois fornecedores do Estado, para as despesas de campanha, e, para segurança total, uns cinco convênios do MEC. Nas últimas eleições, descobriram que a fórmula não funcionava mais. O boiadeiro começou a votar no político que ouviu no rádio, mesmo ganhando o tijolo e dizendo "sim, senhor" pr'o patrão. O edifício do clientelismo começava a ruir.

Mas a turma é dura na queda. Em vez de ir falar no rádio, e sobretudo, de pensar no que ia dizer no rádio, as velhas estruturas dobraram a parada. Se dez agentes do Funrural não chegam, vamos dar vinte. E assim nasceu o parlamentarismo à brasileira, mero expediente para reforçar o clientelismo agonizante.

A doutrina do parlamentarismo moderno está toda em cima de Rousseau e de suas teses de soberania popular. Foram úteis para acabar com o absolutismo dos reis, para a Reforma protestante e até para a unificação da Itália e da Alemanha. Continuam valendo, na medida em que o Parlamento represente a vontade geral e a sua suposta soberania. Podemos achar que o parlamento britânico, e até o italiano exprimam essa vontade, e aí são legítimos. Mas o perigo é que, em outras partes, ele pode ser infiel. E, se for, acaba-se a democracia, porque no parlamentarismo o Parlamento é teoricamente o povo em assembléia. Seu poder não tem limites; é soberano, na acepção rousseauiana da palavra. Se, ao invés de representar o povo, ele representar os interesses do próprio grupo, temos uma oligarquia no comando do Estado.

Foi temendo esta concentração de poderes, que o liberal Montesquieu idealizou o que chamamos de presidencialismo. Para evitar a tirania, dividiu-os por três ramos.

Ressentidos de uma ditadura militar, nós esquecemos que autoritarismo não existe só quando um general concentra todos

os poderes em suas mãos. Eles podem estar em mãos de um civil ou de um grupo de pessoas. Por exemplo, de um Parlamento que não represente as aspirações do povo. Dá para desconfiar que isto pode acontecer no Brasil.

Com mais poderes, nomeando e demitindo ministros; os velhos oligarcas não se vão contentar com os dez agentes do Funrural. Podem pedir vinte; e muitos estão convencidos de que, com vinte, sua reeleição vai estar garantida. Sem esses poderes, os deputados do PMDB e do PFL já estão exigindo do ministro Bresser que acabe com a inflação sem cortar gastos públicos, que resolva o problema da dívida sem negociar com o FMI, e que abaixe todos os preços sem reduzir o consumo. Nem lhes passa pela cabeça que um partido no governo tem o dever de administrar com lógica. Querem o que dá votos e danem-se a economia e a matemática. Imaginem se o ministro pudesse ser demitido por esses senhores. Só lhe sobriariam duas alternativas: o congelamento ou quarenta agentes do Funrural, porque aí se dobraria a parada.

Alguém dirá com sapiência: mas, em uma democracia, o povo pode ser informado, e ele não permitirá que, em seu nome, tudo isto aconteça. O ministro poderia ir à televisão e explicar a situação.

Realmente, aí está a força do parlamentarismo. O povo governa, e, em situações que tais, decide. No parlamentarismo puro, quando o ministro achasse que o Parlamento estava errado, pediria sua dissolução. Nós iríamos todos discutir, e, pelo voto, daríamos nosso apoio a um ou a outro. Certa ou errada, a decisão final seria legítima.

Mas o pulo do gato das velhas oligarquias está no projeto Bernardo Cabral: o Parlamento nunca se dissolve. Para disfarçar, há uma hipótese de dissolução que nunca se irá concretizar; na prática, ele é mais sólido que uma rocha.

Não se está tentando fazer o parlamentarismo no Brasil. Estão tentando perpetuar lideranças, e assaltar, com mais títulos, a Previdência e as outras agências de empregos e de crédito. Sem a possibilidade da dissolução do Parlamento, este parlamentarismo instaura a oligarquia irresponsável.

Engraçado é que os comunistas, por puro espírito de imitação, estão apoiando o parlamentarismo. Eles ainda não entenderam que, na União Soviética, a caricatura de parlamentarismo é útil exatamente porque eles já estão no governo, e o parlamentarismo os perpetua no poder. Aqui, iria consolidar as oligarquias contra as quais eles supõem lutar.

Alvaro Valle, deputado federal pelo PL-RJ, é presidente nacional do partido.